

A dimensão utópica da ilustração

Os países da América Latina realizaram a sua independência política sob o influxo da Ilustração. Os seus promotores assumiram alguns princípios desta, que atuaram como fator de unidade dentro da grande diversidade das culturas existentes entre o México e a Terra do Fogo. Um desses princípios pode ser expresso por meio das seguintes proposições (1) o saber trará a felicidade dos povos, (2) este saber é aquele que veio da Europa, trazido pelo colonializador, (3) os detentores deste saber formam uma elite que deve orientar o destino das jovens nações.

A principal consequência foi a idéia que o saber seria difundido por todos, a partir das luzes de poucos. Esta era a missão das elites, como se elas dissessem “Devemos possuir os instrumentos do poder, porque sabemos, e como sabemos, levaremos aos outros o saber, que é a felicidade. Confiam em nós”. Tratava-se de uma espécie de crédito de confiança solicitado ao grande número.

Mas estas convicções e atitudes de cunho acentuadamente ideológico tiveram, ao contrário, a consequência de fechar e restringir a iniciação na cultura intelectual, bem como o seu uso social e político. De ideal *ilustrado*, teoricamente universal e altruísta, ele se tornou em boa parte um saber de classe e de grupo, um instrumento de dominação inferior pela privação do saber. “Eu é que sou doutor de Coimbra, eu é que sei, eu é que mando!” — brada um personagem de Eça de Queirós numa síntese expressiva.

A história dos ideais ilustrados na América Latina tem às vezes um sabor quase trágico de perversão dos intuítos ostensivos, porque acabaram funcionando como fatores de exclusão, não de incorporação, de sujeição, não de liberdade. Este fato nem sempre chegou ao nível da consciência clara, tanto nos grupos dominantes quanto nos dominados; tornou-se uma espécie de perplexidade, como se os objetivos ideais fossem ficando sempre para mais adiante.

Tal situação torna-se inteligível quando lembramos que na América Latina o saber foi em parte um fator ativo do sistema de dominação política imposto pelo colonizador, porque serviu inclusive para inculcar a língua, a religião e os valores morais, a reverência aos senhores.

Com isto não desejo de modo algum propor um critério político de valor, dizendo que pelo fato de serem parte do mecanismo de domínio a literatura, a arte, a ciência eram intrinsecamente deletérias, ou de má qualidade. O fato é que a produção do período colonial nesses setores chegou freqüentemente a alcançar níveis altos. Não se trata, portanto, da sua qualidade específica, mas da função política e social que também exerceram. Uma ode, um sermão, um tratado político, uma comédia eram obras cuja qualidade e significado estético só podem ser avaliados e definidos pela sua dimensão estética, mas isto não impede de reconhecer também a função paralela referida, que todos desempenharam direta ou indiretamente no processo de imposição política.

Esta imposição ocorreu em regiões que do ponto de vista europeu eram originariamente de “baixa cultura”, como o Brasil ou o Paraguai; mas também em regiões dotadas de culturas não-européias de alto nível, como o México ou o Peru. Sendo imposição, ela deixa claro que se tratava realmente de dominação, e explica por que a ilustração latino-americana foi uma tendência dilacerada, cuja dimensão utópica pressupunha a felicidade geral por meio do saber redentor, e cuja dimensão prática redundou na sua restrição aos grupos e classes dominantes, que o utilizaram como instrumentos de poder. Os colonos que fizeram a Independência conservaram este estado de coisas, apesar da sinceridade retórica dos pronunciamentos, porque mantiveram o sistema de castas e das formas tradicionais de espoliação econômica.

Portanto, o que havia de teoricamente totalizador nos ideais da Ilustração foi contrabalançado pela tendência restritiva das elites. O saber como salvação acabava na verdade como teoria da salvação de poucos eleitos. Na América Latina as condições locais puseram a nu a contradição fundamental da ideologia ilustrada, que desaguava quase inevitavelmente na delegação de função às elites. O propalado bem comum ficava no limbo da utopia se os povos não lutassem pela sua realização. Nos países do Ocidente da Europa, as lutas democráticas do fim do século XVIII e século XIX, aliadas à prosperidade econômica, permitiram uma solução parcial da contradição apontada acima, com a relativa difusão do saber. Em nossos países a contradição permaneceu com toda a sua força. Idéia tutelar das nossas ideologias de Independência nacional, a Ilustração acabou justificando o privilégio do saber para as elites, com todo o poder que a isto se associa.

Esta contradição se manifesta de vários modos e em vários níveis. No nível estrutural, é óbvio que corresponde a uma tendência das sociedades de classe para concentrar o saber nas camadas superiores, dosando as suas formas mais modestas ao longo da escala social dominada. No nível escolar, ela aparece tanto na política universitária quanto na política de instrução primária. Pensando no caso do Brasil, sobre o qual posso falar com alguma segurança, é curiosa, depois da Independência, a relativa indiferença pela fundação de escolas superiores, além do mínimo necessário para formar quadros dirigentes restritos.

Custa a crer que o Brasil só tenha tido universidades no século XX; e que durante o período colonial não houvesse nele escolas de nível superior. Significativamente, as primeiras instituições deste grau foram militares, fundadas pelo Rei Dom João VI de Portugal, quando veio para o Brasil, em 1808, fugindo à invasão dos exércitos de Napoleão.

Pouco depois criaram-se duas Faculdades de Direito, uma no Norte do país, outra no sul, e uma de Medicina, na Capital. Quando a monarquia foi substituída pela República, em 1889, havia, além destas, uma de Medicina, no Norte, e duas de Engenharia, ambas no Sul. Nenhuma de Letras, de Filosofia ou de Ciência pura. Só essas poucas escolas de cunho profissional, destinadas a formar quadros ligados à direção do país e atender às necessidades da saúde, do progresso material e das relações jurídico-econômicas. Uma elite restrita fechava em torno de si o privilégio do saber. No tempo da Colônia, os seus membros iam buscá-lo nas instituições superiores da

Europa, sobretudo Portugal. Depois da Independência, nas locais. Mas sempre segundo o critério do mínimo indispensável.

Esta situação comportava o acesso de indivíduos recrutados em camadas modestas, desde que assimilassem a ideologia proposta e funcionassem como parte do estrato dominante. Assim, essa pequena ampliação de recrutamento durante o século XIX não alterou essencialmente o cunho de privilégio. Havia sociedades secretas estudantis (cujo apogeu foi durante a República), destinadas a ajudar os economicamente mais pobres, ao mesmo tempo que encaminhavam os seus membros à assimilação dos valores desejados de liberalismo. As instituições brasileiras de ensino superior foram máquinas eficazes de conformação das mentalidades, inclusive assegurando a escolha restrita, como se obedecessem a um princípio de *numerus clausus*, feito para marcar o cunho altamente seletivo do saber, já que ele tinha a característica importante de estar associado ao poder. As elites se renovavam até certo ponto, mas preservando a passagem pela peneira fina.

No período republicano aumentaram os institutos de instrução superior, sempre isolados (isto é, fora de organização universitária): alguns federais, alguns estaduais, alguns privados. Foi quando se patenteou a diferença entre as velhas escolas que formavam profissionais socialmente cotados (Medicina, Direito, Engenharia) e as pequenas escolas de profissionais não destinados em princípio às funções de mando político (Farmácia, Odontologia, Veterinária, Agronomia).

Ocorreu então o grande movimento de pressão das camadas médias, através de uma modernização da ideologia ilustrada, visando a ampliar o recrutamento dos instruídos nos níveis secundário e superior. Os anos de 1920 viram a luta pelo ensino laico, prático, moderno, bem como a criação das primeiras universidades nominais (simples soma dos institutos isolados preexistentes). O movimento armado de 1930 permitiu ampliar e consolidar estas tendências, abrindo as comportas para reivindicações de cunho relativamente democrático que se refletiram no sistema escolar.

As instituições de ensino superior passaram então a se organizar em universidades, geralmente formadas pela reunião de escolas preexistentes, mas tendo como eixo as novas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Estas eram organizações extremamente complexas, que seriam subdivididas trinta anos depois, mas que sob a forma inicial constituíram a base do desenvolvimento da pesquisa desinteressada, em contraste com a tradição puramente profissional. Ao reunirem as “grandes” e as “pequenas” faculdades, mais as novas, as universidades quebraram a antiga hierarquia, ligada ao prestígio político das “profissões liberais”. Pode-se dizer que as camadas dominantes diversificaram a formação do seu pessoal e alargaram o recrutamento, abrindo canais para novos setores da classe média, oriundos sobretudo da imigração e da urbanização. Estas foram as grandes beneficiárias, no ensino secundário e no superior. Mas o povo continuou excluído, mesmo do nível primário, de tal forma que ainda hoje o Brasil é um país onde cerca de 50% da população são formados de analfabetos ou quase analfabetos.

O golpe militar de 1964 instaurou uma prática que se revelou demagógica, lançando uma campanha em larga escala para alfabetizar toda a população a curto

prazo. Apesar do luxo de recursos, o fracasso foi completo, e vinte anos depois o número dos que não sabem ler nem escrever aumentou! No outro extremo, incrementou a matrícula nas escolas superiores e facilitou ao extremo a fundação de novas. A população escolar deste nível passou em dez anos de mais ou menos 150.000 para quase dez vezes mais, enquanto o número de institutos subia na mesma proporção. Isto foi possível devido à redução dos requisitos de ingresso e do próprio nível do ensino, motivando calamitosa diminuição de qualidade, que contaminou até os bons institutos.

A análise deste fenômeno mostra que a ampliação de recrutamento atingiu sobretudo as novas camadas médias, mais numerosas a partir do surto industrial posterior à Segunda Grande Guerra. Elas receberam um ensino degradado, enquanto permanecia a tendência de excluir a grande massa do povo de todos os graus da instrução.

Estes exemplos são dados para apoiar uma afirmação inicial deste trabalho, pois mostram como perdurou no Brasil certa perversão do ideal *ilustrado* que se definiu na fase final da Colônia. É inegável que o Brasil possui uma elite intelectual de alta qualidade e muitas instituições de ensino cujo padrão é de franca excelência. Por isso, a sua produção científica, literária, artística é intensa e valiosa. Mas o ensino superior é fraco e restrito de modo geral, o médio padece de uma mediocridade tradicional e o primário nunca atingiu a finalidade mínima de dar instrução a todos. Ao modo dos *ilustrados* do passado, o brasileiro continua orientando-se pela idéia da importância privilegiada dos níveis superiores, segundo os quais se define o homem que sabe e por isso manda sem se preocupar, no fundo, com a difusão do conhecimento para todos. Isto é: sem querer retirar da esfera da utopia a ideologia redentora da Ilustração.

Assim, a restrição do saber permanece como um dado estrutural, correspondendo ao que ocorre no terreno econômico — pois, atualmente o Brasil é a 8.^a potência econômica do mundo, mas ocupa o 63.^o lugar quanto ao nível de vida da população. Na estrutura da sociedade, avaliada através da distribuição da riqueza, observa-se a mesma polarização iníqua que ocorre no domínio da cultura intelectual: o máximo de concentração dos bens ou do saber convive funcionalmente com o máximo de miséria e ignorância, como se esta proporção fosse a própria razão de ser da nação brasileira. Não se pode dizer que isto seja fruto de um propósito deliberado; mas é como se houvesse um projeto implícito, decorrente da própria natureza da sociedade vigente. O resultado é que talvez não haja no mundo um afinilamento tão violento, uma coexistência tão chocante dos extremos.

Conclui-se que não é por meio das sobrevivências da Ilustração, cara ao liberalismo burguês, que poderemos dar validade humana às instituições de cultura superior. Mas sim por meio da luta popular, em favor de uma inversão estrutural que permita quebrar o ritmo de dança macabra dos extremos. Se quisermos ficar na terminologia romântica das nossas origens nacionais, digamos que a tarefa na América Latina é liberar a dimensão utópica da Ilustração por meio dos movimentos populares que obtenham, afinal, a difusão do saber. As revoluções da Independência foram

canalizadas para as classes dominantes, que interpretaram a seu favor o que havia de elitismo supostamente redentor na Ilustração. As do nosso tempo deverão mostrar que as possibilidades de saber têm de ser finalmente abertas para todos, por meio das lutas sociais e políticas adequadas. As reformas de estrutura é que permitem as verdadeiras reformas de ensino.